

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	10
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	25
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	63
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	64

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	68
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	71

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.786
Preferenciais	37.680
Total	86.466
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/01/2019	Dividendo	01/02/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	70,99389
Reunião do Conselho de Administração	25/01/2019	Dividendo	01/02/2019	Ordinária		64,53990
Reunião do Conselho de Administração	30/04/2019	Dividendo	22/05/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	127,42114
Reunião do Conselho de Administração	30/04/2019	Dividendo	22/05/2019	Ordinária		115,83740
Reunião do Conselho de Administração	02/08/2019	Dividendo	20/08/2019	Preferencial	Preferencial Classe A	120,74536
Reunião do Conselho de Administração	02/08/2019	Dividendo	20/08/2019	Ordinária		109,76851

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	202.394	202.993
1.01	Ativo Circulante	80.371	46.287
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	58.996	25.625
1.01.01.01	Caixa Geral	468	474
1.01.01.02	Bancos Conta Movimento	4.204	4.201
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	54.324	20.950
1.01.03	Contas a Receber	15.089	16.750
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.089	16.750
1.01.03.02.01	Créditos tributários	474	1.902
1.01.03.02.02	Créditos a receber	14.376	14.549
1.01.03.02.03	Adiantamento a fornecedores	239	299
1.01.04	Estoques	1.615	1.012
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.825	2.055
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	846	845
1.01.08.03	Outros	846	845
1.01.08.03.01	Outras contas a receber	846	845
1.02	Ativo Não Circulante	122.023	156.706
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.982	10.862
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	2.942
1.02.01.04	Contas a Receber	1.358	1.289
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.358	1.289
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.952	1.985
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.952	1.985
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.672	4.646
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	691	665
1.02.01.10.04	Indenizações a receber	3.981	3.981
1.02.03	Imobilizado	7.199	2.652
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.321	2.652
1.02.03.01.01	Imobilizado	2.104	2.652
1.02.03.01.02	Estoques para Imobilizações	217	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.878	0
1.02.03.02.01	Direito de Uso em Arrendamento	4.878	0
1.02.04	Intangível	104.842	143.192
1.02.04.01	Intangíveis	104.842	143.192
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	104.618	143.192
1.02.04.01.02	Estoques para Imobilizações	224	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	202.394	202.993
2.01	Passivo Circulante	34.498	34.756
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.118	4.185
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.118	4.185
2.01.01.02.01	Obrigações Trabalhistas	4.118	4.185
2.01.02	Fornecedores	1.839	2.565
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.839	2.565
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.454	2.565
2.01.02.01.02	Prestadores de Serviços	385	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.313	4.683
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.096	3.275
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.230	2.279
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	866	996
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	2
2.01.03.02.01	ICMS	0	2
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.217	1.406
2.01.03.03.01	ISS	1.217	1.406
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	18.037	21.200
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	8.341	13.158
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	8.341	13.158
2.01.04.02	Debêntures	9.696	8.042
2.01.04.02.01	Debêntures	9.696	8.042
2.01.05	Outras Obrigações	5.808	1.740
2.01.05.02	Outros	5.808	1.740
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6
2.01.05.02.04	Seguros a pagar	214	36
2.01.05.02.05	Retenções contratuais a pagar	158	361
2.01.05.02.06	Obrigações para direito da concessão	355	345
2.01.05.02.07	Receita Diferida	1.046	640
2.01.05.02.08	Comissão de Fiança	0	19
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	316	333
2.01.05.02.10	Arrendamento Mercantil	3.713	0
2.01.06	Provisões	383	383
2.01.06.02	Outras Provisões	383	383
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	383	383
2.02	Passivo Não Circulante	26.424	27.154
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	16.183	17.752
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.431	6.435
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.431	6.435
2.02.01.02	Debêntures	12.752	11.317
2.02.01.02.01	Debêntures	12.752	11.317
2.02.02	Outras Obrigações	1.695	0
2.02.02.02	Outros	1.695	0
2.02.02.02.03	Arrendamento Mercantil	1.695	0
2.02.04	Provisões	8.546	9.402

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.230	8.827
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	592	1.301
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	7.638	7.526
2.02.04.02	Outras Provisões	316	575
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	316	575
2.03	Patrimônio Líquido	141.472	141.083
2.03.01	Capital Social Realizado	95.000	93.000
2.03.02	Reservas de Capital	3.596	3.596
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.596	3.596
2.03.04	Reservas de Lucros	42.876	44.487
2.03.04.01	Reserva Legal	949	1.974
2.03.04.02	Reserva Estatutária	6.728	7.703
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	20.011	34.810
2.03.04.10	Lucros Acumulados	15.188	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	66.309	190.319	68.616	187.510
3.01.01	Receita de Serviços	67.658	200.116	66.406	188.728
3.01.02	Receita Extraordinária	370	1.085	365	1.040
3.01.03	Receita de Construções	5.025	9.043	8.748	16.867
3.01.04	Abatimentos	-942	-2.760	-939	-2.550
3.01.05	PIS	-436	-1.290	-476	-1.285
3.01.06	COFINS	-2.012	-5.953	-2.196	-5.929
3.01.07	ISS	-3.354	-9.922	-3.292	-9.361
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-32.610	-91.003	-36.496	-96.452
3.02.01	Custos de Serviços	-27.585	-81.960	-27.748	-79.585
3.02.02	Custos de Construções	-5.025	-9.043	-8.748	-16.867
3.03	Resultado Bruto	33.699	99.316	32.120	91.058
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.181	-19.786	-4.511	-15.217
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.529	-14.430	-6.099	-15.739
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.529	-14.430	-6.099	-15.739
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	2.738	3.537
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	0	0	2.738	3.537
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.652	-5.356	-1.150	-3.015
3.04.05.01	Depreciação	-226	-635	-267	-932
3.04.05.02	Depreciação de Arrendamento	-1.031	-2.889	0	0
3.04.05.03	Outros	-4	-20	-419	-419
3.04.05.04	Participação nos Lucros e Resultados - Empregados	-391	-1.812	-464	-1.664
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.518	79.530	27.609	75.841
3.06	Resultado Financeiro	-7.806	-26.819	-10.569	-29.341
3.06.01	Receitas Financeiras	795	2.065	579	1.760
3.06.01.01	Receitas Financeiras	795	2.065	579	1.760
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.601	-28.884	-11.148	-31.101

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-733	-2.868	-1.218	-3.649
3.06.02.02	Despesa Financeira de Arrendamento	-50	-218	0	0
3.06.02.03	Remuneração Debenturistas	-7.818	-25.798	-9.930	-27.452
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.712	52.711	17.040	46.500
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.964	-17.166	-5.984	-16.070
3.08.01	Corrente	-7.041	-19.209	-6.131	-17.027
3.08.02	Diferido	77	2.043	147	957
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.748	35.545	11.056	30.430
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	12.748	35.545	11.056	30.430
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	155,40266	433,31686	134,77846	370,95773
3.99.01.02	ON	141,27514	393,92442	122,52588	337,2343
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	148,44351	379,78273	127,22237	350,71257
3.99.02.02	ON	134,94865	345,25703	115,6567	318,82961

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	12.748	35.545	11.056	30.430
4.03	Resultado Abrangente do Período	12.748	35.545	11.056	30.430

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 30/09/2019	Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	112.436	103.113
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	133.443	116.414
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto e Contribuição Social	52.711	46.500
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	51.651	39.195
6.01.01.03	Baixa Depreciação, Amortização e Intangível	1.359	419
6.01.01.04	Provisão para Contingências	287	656
6.01.01.05	Reversão de contingências	-883	-958
6.01.01.06	Juros e encargos financeiros	1.086	1.520
6.01.01.07	Encargos Debêntures	25.798	27.452
6.01.01.08	Despesa Financeira - Debêntures	1.434	1.630
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-21.007	-13.301
6.01.02.01	Despesas antecipadas	-1.770	-846
6.01.02.02	Créditos a receber	173	-1.134
6.01.02.03	Adiantamento a fornecedor	59	-55
6.01.02.04	Estoques	-603	-279
6.01.02.05	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-26	-32
6.01.02.06	Indenizações a receber	0	376
6.01.02.07	Impostos a recuperar	1.204	670
6.01.02.08	Outros circulantes	-70	287
6.01.02.09	Provisão para manutenção	-259	-378
6.01.02.10	Salários, Provisões e Contribuições	214	363
6.01.02.11	Fornecedores	-727	246
6.01.02.12	Impostos a recolher	-320	45
6.01.02.13	Participação nos Lucros e Resultados	-281	-334
6.01.02.14	Outras obrigações a pagar	356	1.903
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social	-18.957	-14.133
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-16.265	-19.477
6.02.01	Imobilizado e Intangível	-19.207	-19.340
6.02.02	Ativo Financeiro	2.942	-137
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-62.800	-70.660
6.03.01	Empréstimos pagos a terceiros	-12.762	-11.055
6.03.02	Pagamento de Dividendos	-35.156	-38.012
6.03.03	Empréstimos Obtidos	5.217	4.822
6.03.04	Encargos Financeiros pagos a terceiros	-1.362	-1.660
6.03.05	Contratos de Arrendamento	5.407	0
6.03.06	Obrigações a Investidores	-24.144	-24.755
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	33.371	12.976
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.625	21.463
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	58.996	34.439

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	93.000	3.596	44.487	0	0	141.083
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	93.000	3.596	44.487	0	0	141.083
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.000	0	-16.799	-20.357	0	-35.156
5.04.01	Aumentos de Capital	2.000	0	-2.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.799	-20.357	0	-35.156
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.545	0	35.545
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.545	0	35.545
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	95.000	3.596	27.688	15.188	0	141.472

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	89.000	3.596	67.745	0	0	160.341
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	709	0	0	709
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	89.000	3.596	68.454	0	0	161.050
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.000	0	-24.724	-17.288	0	-38.012
5.04.01	Aumentos de Capital	4.000	0	-4.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.724	-17.288	0	-38.012
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.430	0	30.430
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.430	0	30.430
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	93.000	3.596	43.730	13.142	0	153.468

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	207.484	207.203
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	197.356	186.178
7.01.02	Outras Receitas	10.128	21.025
7.01.02.01	Receitas Extraordinárias	1.085	1.040
7.01.02.02	Receitas de Construção	9.043	16.867
7.01.02.03	Outras	0	3.118
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-40.995	-53.457
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.508	-5.718
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.444	-30.872
7.02.04	Outros	-9.043	-16.867
7.02.04.01	Custos de Construções	-9.043	-16.867
7.03	Valor Adicionado Bruto	166.489	153.746
7.04	Retenções	-51.598	-38.318
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.598	-38.318
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	114.891	115.428
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.065	1.760
7.06.02	Receitas Financeiras	2.065	1.760
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	116.956	117.188
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	116.956	117.188
7.08.01	Pessoal	15.179	18.555
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.024	11.464
7.08.01.02	Benefícios	2.861	3.675
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.482	1.752
7.08.01.04	Outros	1.812	1.664
7.08.01.04.01	Participações - Empregados	1.812	1.664
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.156	36.260
7.08.02.01	Federais	26.783	26.431
7.08.02.02	Estaduais	439	467
7.08.02.03	Municipais	9.934	9.362
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	29.076	31.943
7.08.03.01	Juros	2.990	3.568
7.08.03.02	Aluguéis	288	923
7.08.03.03	Outras	25.798	27.452
7.08.03.03.01	Remuneração Debenturistas	25.798	27.452
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	35.545	30.430
7.08.04.02	Dividendos	20.357	17.288
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	15.188	13.142

Comentário do Desempenho

Aos Acionistas & Investidores

Apresentamos a seguir o relatório de desempenho referente às Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 30 de setembro de 2019, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques do Período

- **Financiamentos**

A companhia liquidou em julho de 2019 os financiamentos BNDES I e BNDES III, cuja captação somou R\$ 93,7M. Os recursos captados foram utilizados em importantes projetos para aumentar a segurança e o conforto dos usuários da rodovia Santos Dumont (BR116/RJ).

- **Rating**

A agência classificadora de riscos, Fitch Ratings em 09/09/2019, afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia em 'AAA(bra)', com perspectiva estável.

- **Reajusta da Tarifa Básica de Pedágio**

A ANTT, por meio da deliberação nº 902 de 17/09/2019, aprovou a 23ª revisão ordinária, a 9ª revisão extraordinária e o reajuste correspondente à variação do IPCA, da tarifa básica de pedágio. Os impactos das revisões de custos, investimentos e tráfego, somados ao reajuste, mantiveram a tarifa básica de pedágio no valor já praticado de R\$ 19,30.

- **Receita Líquida Ajustada**

Em função do reajuste da tarifa básica de pedágio, ocorrido em setembro de 2018, a Receita Líquida Ajustada apresentou crescimento de 4,1% em relação a 2018.

Comentário do Desempenho

• EBITDA Ajustado

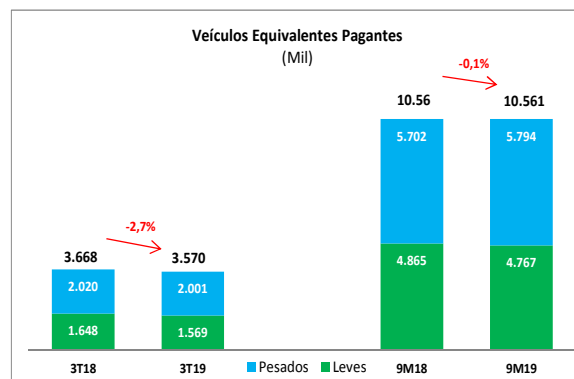
O crescimento da Receita Líquida e a redução de custos e despesas administrativas, provocada pela reestruturação do quadro de colaboradores, pela economia em diversas rubricas e pela transferência dos custos com locação de equipamentos para a conta de depreciação, conforme IFRS 16, permitiu que o EBITDA Ajustado superasse o de 2018 em 14,7%, alcançando o índice de 72,0% de Margem EBITDA Ajustada.

Desempenho Econômico-Financeiro

Desempenho Operacional

Volume de Tráfego - mil	3T19	3T18	Δ%	9M19	9M18	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	3.570	3.668	-2,7%	10.561	10.567	-0,1%
Leves	1.569	1.648	-4,8%	4.767	4.865	-2,0%
Pesados	2.001	2.020	-0,9%	5.794	5.702	1,6%

Foram pedagiados no 3T19 3,6 milhões de veículos equivalentes¹, queda de 98 mil VEP's (-2,7%) em relação ao 3T18. Os veículos leves apresentaram queda de 7,9 mil VEP's (-4,8%), os veículos pesados também apresentaram que em relação ao 3T18 de 19 mil VEP's (-0,9%). No acumulado do ano, o tráfego apresentou queda de 0,1%, inferior ao mesmo período de 2018 em 6 mil VEP's. Os veículos leves ficaram 2,0% abaixo de 2018, enquanto os veículos pesados tiveram desempenho superior ao mesmo período do ano anterior em 1,6%.

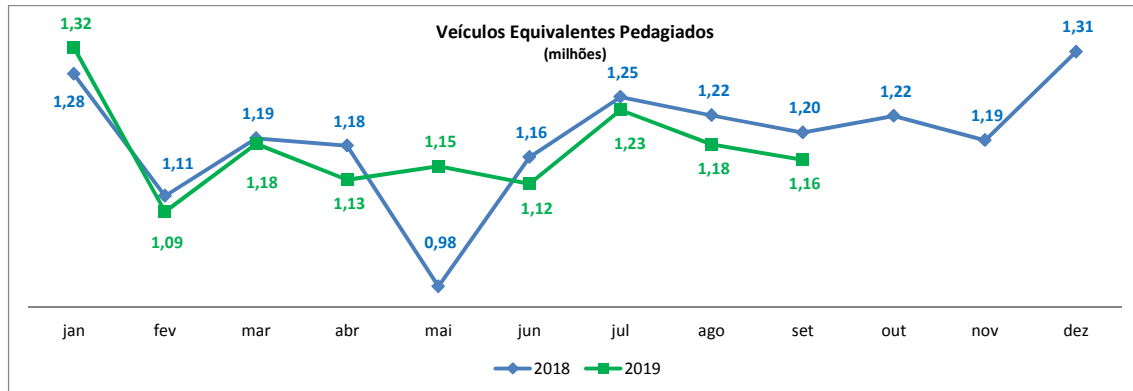


O crescimento dos veículos pesados, no acumulado do ano, pode ser explicado pelo ganho de parte do tráfego perdido durante a greve dos caminhoneiros, ocorrida no final de maio de 2018. O desempenho dos veículos leves e pesados continua sendo impactado negativamente pela estagnação da economia pela obra de duplicação da BR 493, que liga a rodovia a BR 101, principal ligação entre as regiões sudeste e

¹ Cada veículo equivalente corresponde a um veículo leve ou a um eixo de veículo pesado.

Comentário do Desempenho

nordeste. As obras vêm causando engarrafamento e aumentado consideravelmente o número de assaltos naquela rodovia.

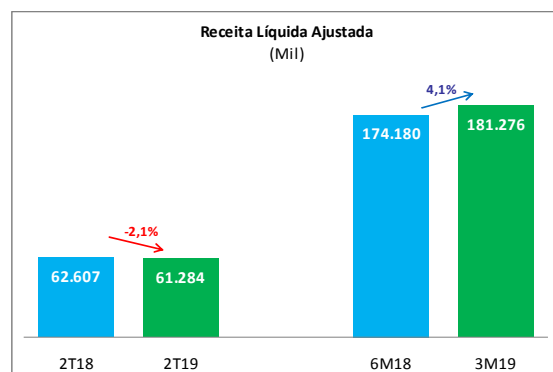


Receita Operacional

R\$ mil	3T19	3T18	Δ%	9M19	9M18	Δ%
Receita Líquida	66.309	71.354	-7,1%	190.319	191.047	-0,4%
Receitas de Pedágio	67.658	66.406	1,9%	200.116	188.728	6,0%
Outras Receitas	370	3.103	-88,1%	1.085	4.577	-76,3%
Receita de Construção (IFRS)	5.025	8.748	-42,6%	9.043	16.867	-46,4%
Deduções da Receita	(6.744)	(6.903)	-2,3%	(19.925)	(19.125)	4,2%
Receita Líquida Ajustada¹	61.284	62.607	-2,1%	181.276	174.180	4,1%

¹ Exclui Receita de Construção e provisões.

- Receita de Pedágio** – A Receita com Pedágio no 3T19 foi de R\$ 67,7M, o que representou um crescimento de R\$ 1,3M (+1,9%) em relação ao 3T18. Este aumento é devido ao reajuste da tarifa básica de pedágio (+6,6%), ocorrido em setembro/2018, referente à variação do IPCA, a isenção da cobrança dos eixos suspensos, advinda da Lei nº 13.103/2015 (lei dos caminhoneiros), bem como as inexecuções, exclusões, postergações e inclusões de novos investimentos que ocorreram em sequência nos anos de 2012 a 2018.



- Outras Receitas** – As Outras Receitas somaram R\$ 370 no 3T19, queda de

Comentário do Desempenho

R\$ 2,7M (-88,1%) em relação ao 3T18. A queda deve-se ao recebimento de reembolso de sinistros em 2018.

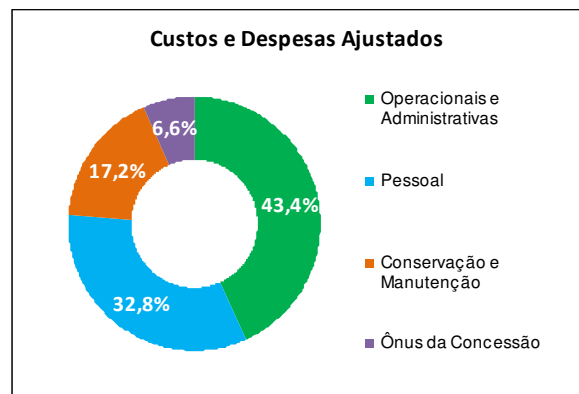
- **Receita da Construção** - Foi apurada como receita de construção (IFRS) R\$ 5,0M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que este montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.
- **Deduções da Receita** – No 3T19 foram concedidos aos moradores de Magé R\$ 943 a título de desconto, conforme acordo homologado pela justiça federal de Magé, tendo como partes a CRT e a Prefeitura de Magé, com anuência da ANTT e ciência do MPF de Magé.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

R\$ mil	3T19	3T18	Δ%	9M19	9M18	Δ%
Custos e Despesas	38.791	43.745	-11,3%	110.789	115.206	-3,8%
Pessoal	5.211	7.353	-29,1%	17.015	21.214	-19,8%
Operacionais e Administrativas	6.892	9.838	-29,9%	22.120	26.305	-15,9%
Conservação e Manutenção	2.732	3.195	-14,5%	8.359	9.518	-12,2%
Ônus da Concessão	1.042	1.260	-17,3%	3.249	3.351	-3,0%
Constituição de Provisões	148	234	-37,0%	287	657	-56,3%
Reversão de Provisões	(161)	(774)	-79,2%	(882)	(1.023)	-13,8%
Custo da Construção (IFRS)	5.025	8.748	-42,6%	9.043	16.867	-46,4%
Depreciações e Amortizações	17.902	13.892	28,9%	51.597	38.318	34,7%
Custos e Despesas Ajustados¹	15.878	21.646	-26,7%	50.744	60.387	-16,0%

¹Exclui Custo de Construção, Provisões, Depreciações e Amortizações

Os Custos Operacionais/Despesas administrativas ajustados totalizaram R\$ 15,9M, abaixo dos custos registrados no 3T18 em R\$ 5,8M (-26,7%). Dentre as principais variações destacamos: **Pessoal** – redução de R\$ 2,4M, provocada pela reestruturação do quadro de colaboradores; **Operacionais e Administrativas** – queda de R\$ 2,9M (-29,9%), devido a economias e transferência dos custos



Comentário do Desempenho

com locação de equipamentos para a conta de depreciação (R\$ 1M), conforme IFRS 16; **Conservação e Manutenção** – redução de R\$ 463 (-14,5%) postergação dos serviços de monitoração, sinalização viária, implantação de cercas e manutenção do sistema de drenagem; **Ônus da Concessão** – redução de R\$ 218 (-17,3%) devido a menor demanda do convênio de Desenvolvimento Tecnológico, firmado com a ANTT.

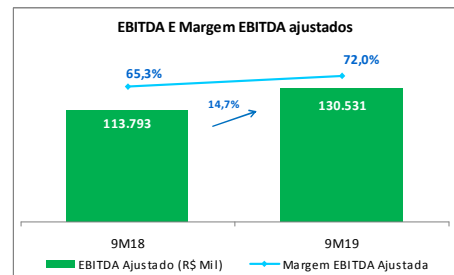
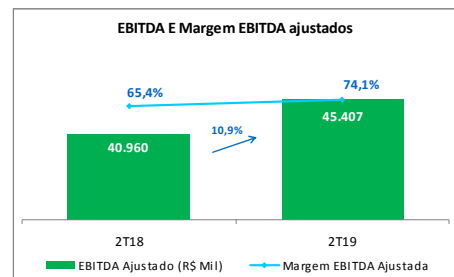
EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA Ajustados	3T19	3T18	Δ%	9M19	9M18	Δ%
Receita Líquida Ajustada ¹	61.284	62.607	-2,1%	181.276	174.180	4,1%
Pessoal	(5.211)	(7.353)	-29,1%	(17.015)	(21.214)	-19,8%
Operacionais e Administrativas	(6.892)	(9.838)	-30,0%	(22.120)	(26.305)	-15,9%
Conservação e Manutenção	(2.732)	(3.195)	-14,5%	(8.359)	(9.518)	-12,2%
Ônus da Concessão	(1.042)	(1.260)	-17,3%	(3.249)	(3.351)	-3,0%
EBITDA Ajustado	45.407	40.960	10,9%	130.531	113.793	14,7%
Margem EBITDA Ajustada	74,1%	65,4%	8,7 p.p.	72,0%	65,3%	6,7 p.p.

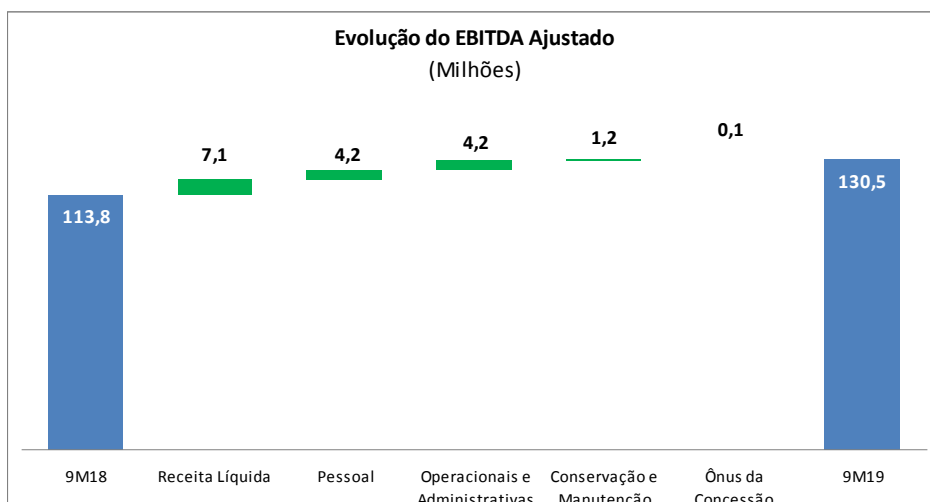
¹Exclui Receita de Construção e provisões

O EBITDA Ajustado do 3T19 totalizou R\$ 45,4M, crescimento de R\$ 4,4M (+10,9%) em relação ao 3T18. A Margem EBITDA Ajustada foi de 74,1% contra 65,4% do 3T18 (+8,7 p.p.). No acumulado do ano o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 130,5M, superando o ano anterior em R\$ 16,7M (+14,7%). A Margem EBITDA Ajustada acumulada foi de 72,0% contra 65,3% de 2018 (+6,7 p.p.).

O crescimento do EBITDA Ajustado deve-se ao aumento da receita líquida e as reduções de custos e despesas administrativas, conforme já comentado.



Comentário do Desempenho



O EBITDA é o lucro líquido adicionado de imposto de renda, das (receitas) despesas financeiras líquidas, variação cambial e monetária líquida e de depreciações e amortizações. Não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando, portanto, o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional, em que pese o utilizarmos ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Por não ter um significado padronizado, nossa definição pode não ser comparável ao de outras companhias. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e/ou analistas financeiros o utilizam como indicador do desempenho operacional de uma companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

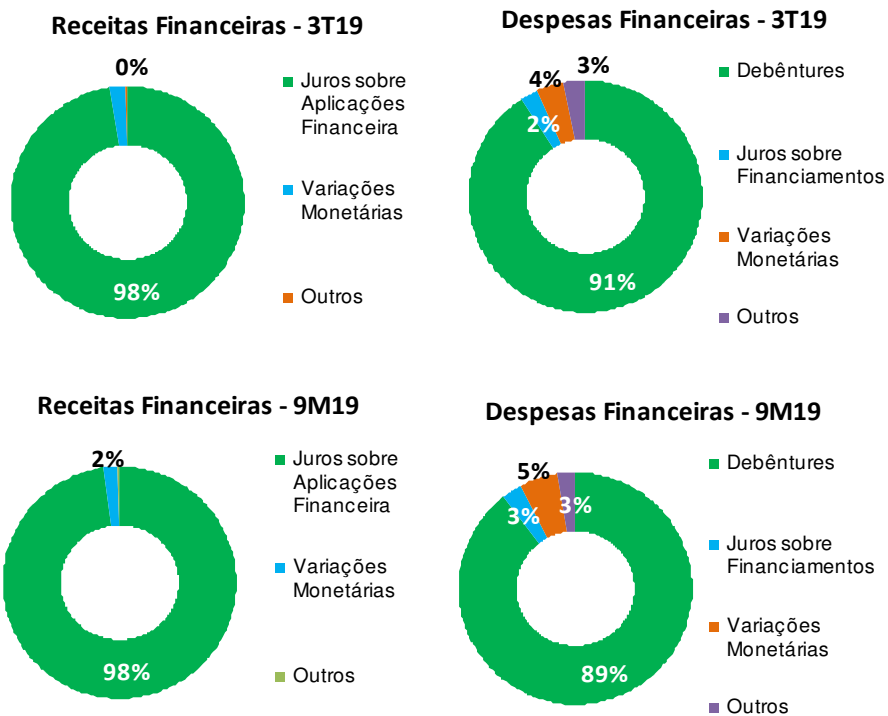
Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ mil	3T19	3T18	Δ%	9M19	9M18	Δ%
Receitas Financeiras	796	580	37,3%	2.065	1.760	17,3%
Juros sobre Aplicações Financeira	775	535	45,0%	2.020	1.589	27,1%
Variações Monetárias	18	43	-57,4%	39	165	-76,5%
Outros	2	2	31,4%	6	6	5,0%
Despesas Financeiras	(8.602)	(11.149)	-22,8%	(28.884)	(31.101)	-7,1%
Debêntures	(7.818)	(9.930)	-21,3%	(25.798)	(27.452)	-6,0%
Juros sobre Financiamentos	(200)	(408)	-51,1%	(813)	(1.372)	-40,7%
Variações Monetárias	(313)	(611)	-48,8%	(1.512)	(1.742)	-13,2%
Outros	(271)	(199)	35,7%	(761)	(536)	42,0%
Resultado Financeiro	(7.806)	(10.569)	-26,1%	(26.819)	(29.341)	-8,6%

O resultado financeiro da companhia no 3T19 totalizou R\$ 7,8M de despesas financeiras líquidas, uma redução de R\$ 2,8M (-26,1%) em relação ao 3T18, motivado

Comentário do Desempenho

pela maior receita com juros sobre aplicações financeiras em função da maior disponibilidade de caixa, pela redução das despesas com financiamento e variação monetária, provocada pela amortização dos financiamentos e pela menor atribuição de debêntures, já que no 3T18 houve o lançamento e pagamento de R\$ 3,7M de remuneração de debêntures referentes a exercícios anteriores. No acumulado do ano, o resultado financeiro é inferior a 2018 em R\$ 2,5M (-8,6%), também justificado pela maior receita financeira, pela amortização dos financiamentos e pela menor atribuição de remuneração de debêntures de exercícios anteriores (R\$ 4M em 2018 vs R\$ 9,4M em 2018).



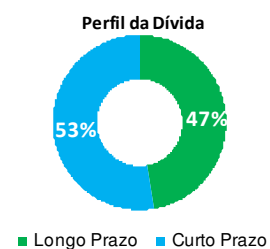
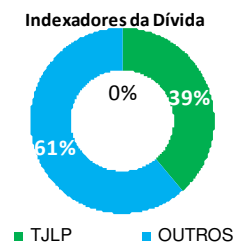
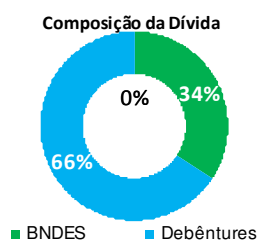
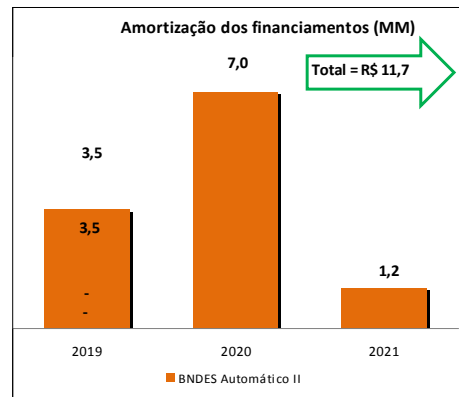
Comentário do Desempenho

Disponibilidade e Endividamento

Endividamento R\$ mil	3T19	3T18	Δ%
Curto Prazo	18.044	23.070	-21,8%
Empréstimos e Financiamento	8.341	15.011	-44,4%
Debêntures	9.704	8.059	20,4%
Longo Prazo	16.183	17.030	-5,0%
Empréstimos e Financiamento	3.431	5.933	-42,2%
Debêntures	12.752	11.096	14,9%
Dívida Bruta	34.227	40.099	-14,6%
Caixa e Equivalente de Caixa	58.997	34.439	71,3%
Dívida Líquida	(24.770)	5.660	-537,6%
EBITDA Ajustado LTM¹	173.950	145.407	19,6%
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado LTM	-0,14	0,04	-465,8%

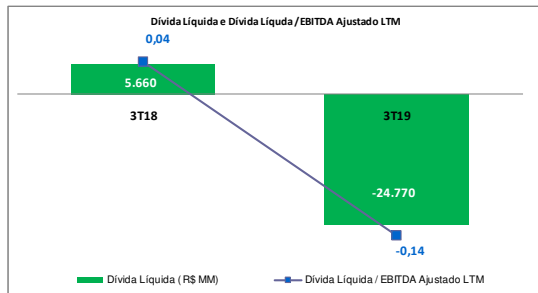
¹EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses

O saldo da dívida bruta em setembro/2019 ficou em R\$ 34,2M, uma redução de R\$ 5,9M (-14,6%) em relação ao saldo de setembro/2018, motivada pela amortização dos financiamentos.



Todos os financiamentos foram contratados em moeda nacional (Real) com indexadores utilizados pelo BNDES, o saldo total a amortizar em 30/09/2019 é de R\$ 11,7M. Em julho/19 a companhia liquidou os financiamentos BNDES I e BNDES III.

Comentário do Desempenho



A relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado LTM do 3T19 apresentou o indicador negativo de -0,14 contra 0,04 do 3T18.

Investimentos

Investimentos - R\$ milhões	3T19	3T18	Δ%	9M19	9M18	Δ%
Ampliação da Rodovia	904	1.815	-50%	2.249	2.515	-11%
Contenções de encostas	269	3.335	-92%	2.073	8.113	-74%
Reconstrução do pavimento flexível e rígido	3.929	3.598	9%	5.109	6.239	-18%
Total	5.102	8.748	171%	9.431	16.867	-44%

Até setembro de 2019 foram investidos R\$ 9,4M, com destaque para obras de contenção de encostas e de recuperação do pavimento rígido ao longo do trecho da serra.

Resultado do Período

DESCRIÇÃO	3T19	3T18	Δ%	9M19	9M18	Δ%
Veículos equivalentes	3.570	3.668	-2,7%	10.561	10.567	-0,1%
Receita operacional líquida	66.309	71.354	-7,1%	190.319	191.047	-0,4%
Receitas operacionais	67.658	66.406	1,9%	200.116	188.728	6,0%
Abatimentos	(942)	(939)	0,3%	(2.760)	(2.550)	8,2%
PIS, COFINS, ISS e outros	(5.802)	(5.964)	-2,7%	(17.165)	(16.575)	3,6%
Outras receitas	370	3.103	-88,1%	1.085	4.577	-76,3%
Receita de construção	5.025	8.748	-42,6%	9.043	16.867	-46,4%
Custos e despesas	(20.889)	(29.853)	-30,0%	(59.192)	(76.888)	-23,0%
Custos e despesas	(14.835)	(20.385)	-27,2%	(47.495)	(57.036)	-16,7%
Provisões diversas	(148)	(234)	-36,8%	(287)	(657)	-56,3%
Reversões diversas	161	774	-79,2%	882	1.023	-13,8%
Ônus da concessão	(1.042)	(1.260)	-17,3%	(3.249)	(3.351)	-3,0%
Custo de construção	(5.025)	(8.748)	-42,6%	(9.043)	(16.867)	-46,4%
EBITDA	45.420	41.501	9,4%	131.127	114.159	14,9%
EBITDA/receita líquida	68,50%	58,16%	10,34 p.p.	68,90%	59,75%	9,15 p.p.
Depreciações e amortizações	(17.902)	(13.892)	28,9%	(51.597)	(38.318)	34,7%
Despesas financeiras líquidas ¹	(7.806)	(10.569)	-26,1%	(26.819)	(29.341)	-8,6%
Lucro antes i. renda	19.712	17.040	15,7%	52.711	46.500	13,4%
Imposto de renda/contribuição social ²	(6.964)	(5.984)	16,4%	(17.166)	(16.070)	6,8%
Lucro líquido	12.748	11.056	15,3%	35.545	30.430	16,8%
Lucro líquido/receita líquida	19,23%	15,49%	3,74 p.p.	18,68%	15,93%	2,75 p.p.
Receita líquida ajustada²	61.284	62.606	-2,1%	181.276	174.180	4,1%
EBITDA ajustado³	45.407	40.961	10,9%	130.532	113.793	14,7%
Margem EBITDA ajustada	74,1%	65,4%	8,7 p.p.	72,0%	65,3%	6,7 p.p.

¹ Inclui remuneração das debêntures

² Contém R\$ 40 de Incentivos fiscais (Lei Rouanet) em 2019

³ Exclui receita de construção e provisões

⁴ Exclui receita/custo de construção e provisões/reversões diversas

Comentário do Desempenho

O Lucro Líquido por ação no trimestre atingiu R\$ 147,44 contra R\$ 127,86 no 3T18, devido ao crescimento da receita com pedágio e a redução dos custos e despesas administrativas.

Reconciliação EBITDA Ajustado

EBITDA ajustado	3T19	3T18	Δ%	9M19	9M18	Δ%
Lucro líquido no período	12.748	11.056	15,3%	35.545	30.430	16,8%
Imposto de Renda e CSLL	6.964	5.984	16,4%	17.166	16.070	6,8%
Participações	7.818	9.930	-21,3%	25.798	27.452	-6,0%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(12)	639	-101,9%	1.021	1.889	-46,0%
Depreciação e amortização	17.902	13.892	28,9%	51.597	38.317	34,7%
Provisões Líquidas	(14)	(540)	-97,4%	(595)	(366)	62,6%
EBITDA Ajustado¹	45.406	40.961	10,9%	130.532	113.794	14,7%
Margem EBITDA Ajustada	74,1%	65,4%	8,7 p.p.	72,0%	65,3%	6,7 p.p.

¹Exclui Custo/Receita de Construção e provisões

Remuneração das Debêntures e Distribuição de Dividendos

O montante atribuído aos Acionistas e a remuneração dos Debenturistas no terceiro trimestre de 2019 totalizou R\$ 19.203 (Acionistas R\$ 11.385 e Debenturistas R\$ 7.818). No acumulado do ano foram atribuídos R\$ 53.541 (Acionistas R\$ 31.742 e Debenturistas R\$ 21.799), calculados na base de 100% do resultado líquido após a constituição das reservas obrigatórias.

A companhia também realizou, em fevereiro de 2019, o pagamento de R\$ 9,8M referentes à parcela final de lucros acumulados, sendo R\$ 5,8M de dividendos e R\$ 4,0M de remuneração das debêntures.

A remuneração das debêntures é realizada por meio de participação nos resultados da Companhia.

Classificação de Risco

A agência classificadora de riscos, Fitch Ratings em 09/09/2019, afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia em 'AAA(bra)', com perspectiva estável. Mais detalhes podem ser vistos no endereço www.fitchratings.com.br.

Comentário do Desempenho

Recursos Humanos

A Companhia encerrou o terceiro trimestre de 2019 com o efetivo de 289 funcionários (338 em 2018), maior parte residente no município de Magé e adjacências.

Em 2019, a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008, que atualmente contam com ginástica laboral, massoterapia e programa de correção postural. Mantivemos os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, bem como, a política de subvenção educacional, além do Vale Transporte e do Vale Refeição determinados em convenção.

Responsabilidade Social e Ambiental

Os projetos avaliados e selecionados no edital para patrocínio em 2019 estão em andamento:

Teatro na Escola: "Meio ambiente, Cidadania e Consumo Inteligente" (APAExonados), promovido pela APAE Magé, que desenvolve ações com 30 (trinta) participantes diretos, por meio de atividades culturais voltadas às artes cênicas, e cerca de 1.200 (hum mil e duzentos) espectadores, crianças e jovens da rede pública de ensino no município de Magé.

Oficina de Marcenaria: Preparar jovens e adultos deficientes para o ofício de marcenaria, desenvolvido pela Associação Pestalozzi de Magé.

Turma da Música: Oficinas de música para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (90 vagas), por meio de um programa de ensino musical em escolas/instituições na região de Magé e/ou Guapimirim.

Projeto Exposição Fotográfica "Rosário, sonhos e cores", desenvolvido pelo Lar Tia Anastácia, que utiliza a arte da fotografia para captar a realidade da comunidade do bairro de São Pedro, especificamente no morro do Rosário em Teresópolis, com ações que propiciam o desenvolvimento de 50 (cinquenta) jovens entre 12 e 21 anos.

Comentário do Desempenho

Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, BKR Lopes Machado Auditores, não prestaram durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2019 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. (“CRT” ou “Companhia”) - foi constituída em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário. A concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Entroncamento BR-040(A) e respectivos acessos, na extensão de 142,5 km, pelo prazo de 25 anos, teve início em 22/03/1996, com término em 21/03/2021, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receitas, de acordo com os termos definidos no contrato de concessão.

A CRT foi constituída sob a forma de “sociedade anônima”, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A sede está localizada na Rodovia Santos Dumont (BR-116/RJ), s/n, Km 133,5 – Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, Bongaba, Magé, RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Seu principal acionista é Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – INVEPAR.

A autorização para conclusão da preparação destas informações trimestrais foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 01 de novembro de 2019.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR. As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas

Notas Explicativas

Notas Explicativas nº 2 e 3 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, publicadas na imprensa oficial em 27 de março de 2019. Essas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais.

As informações financeiras nas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novas normas emitidas pelo IASB e pelo CPC

- IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018 não gerou impacto nas informações financeiras intermediárias da Companhia.
- IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018 não gerou impacto nas informações financeiras intermediárias da Companhia.
- IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": Com essa nova norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de

Notas Explicativas

arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia mensurou e adotou a norma, uma vez que mantém contratos de arrendamento durante o ano, em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16. A norma afetou, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia.

A Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não reapresentou os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

3. Contrato de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01. A Concessionária Rio-Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a Rodovia BR-040/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Notas Explicativas

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. Pelo convênio, a Companhia pode destinar até 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado o quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além da adoção do IPCA em substituição à fórmula paramétrica, originariamente prevista no contrato de concessão.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 82.309, como segue (dados em milhares de reais):

	2019	2020	2021	Total
Investimentos – PER	28.208	51.675	2.426	82.309

Tais investimentos estão condicionados à autorização prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que estabelece o cronograma dos investimentos que deverão ser efetuados, bem como autoriza o respectivo repasse na tarifa para manter o equilíbrio econômico e financeiro do contrato. Essa avaliação é feita anualmente.

Notas Explicativas**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	30.09.2019	31.12.2018
<u>Caixa e Bancos:</u>	4.672	4.675
<u>Aplicações Financeiras de curto prazo:</u>		
Banco Santander S.A.	19.831	8.034
Caixa Econômica Federal	6.140	5.865
Banco ABC Brasil S.A.	23.337	7.051
Banco Bradesco S.A.	5.016	-
Total	54.324	20.950
	58.996	25.625

As aplicações financeiras são realizadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos entre 97% e 100,7% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos, se equipara ao seu valor de mercado.

5. Aplicações financeiras - não circulante

	30.09.2019	31.12.2018
Aplicações Financeiras	-	2.942
Total não circulante	-	2.942

O ativo financeiro compreende aplicação em CDB com rendimento diário a um percentual do CDI, vinculada ao contrato do BNDES firmado em dezembro de 2013, para garantia de pagamento do principal e dos juros contratados.

Notas Explicativas

6. Créditos a receber

	30.09.2019	31.12.2018
Pedágio eletrônico	12.680	13.433
Vale Pedágio	1.106	1.095
Outros	590	21
Total	14.376	14.549

A Companhia vem operando desde o ano de 2009 com o sistema de cobrança eletrônica de pedágio Via Fácil. Em 18/09/2017, a CGMP (Centro de Gestão de Meios de Pagamento) incorporou a DBTRANS, responsável pelo sistema de vale pedágio utilizado pela Companhia desde 2011.

Além desses, a Companhia opera ainda com os pedágios eletrônicos Veloe, Conectcar, Move Mais, Greenpass e vale pedágio Visa Vale. Os valores repassados pelas administradoras são recebíveis em até 30 dias, subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário sem a incidência de juros. A comissão sobre esta operação é cobrada diretamente do usuário.

A Companhia não registra provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e/ou histórico de perdas significativas com estes créditos. Em 30 de setembro de 2019, não há valores significativos em atraso.

7. Estoques

	30.09.2019	31.12.2018
Almoxarifado	1.268	908
Matéria-prima	347	104
Total	1.615	1.012

Os estoques representam aquisições destinadas ao uso e consumo de materiais administrativos e os aplicados na manutenção da rodovia.

Notas Explicativas**8. Impostos, taxas e contribuições**a) Créditos tributários

	30.09.2019	31.12.2018
Imposto de Renda e Contribuição Social	217	1.666
PIS e COFINS	227	227
IPTU	14	-
ICMS	16	9
Circulante	474	1.902

b) Obrigações fiscais

	30.09.2019	31.12.2018
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.230	2.279
PIS e COFINS	853	979
ISS	1.217	1.406
ICMS	-	2
IRRF	13	17
Circulante	4.313	4.683

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro, reconhece, quando aplicável, créditos tributários, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, aprovada pela Administração. O valor contábil do ativo e passivo fiscal diferido é revisado periodicamente.

Notas Explicativas

O quadro abaixo apresenta a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	30.09.2019			31.12.2018		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo						
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Custo Manutenção	107	39	146	355	127	482
IR e CSLL diferidos s/ Prov. Riscos	2.058	741	2.799	2.207	795	3.002
IR e CSLL diferidos s/ Remuneração Debenturistas	238	86	324	359	129	488
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	2.111	760	2.871	1.753	631	2.384
IR e CSLL diferidos s/ Contingência Tributária	-	-	-	260	-	260
IR e CSLL diferidos s/ Arrendamento	1.268	456	1.724	-	-	-
Ativo não circulante	5.782	2.082	7.864	4.934	1.682	6.616
Passivo						
IR e CSLL diferidos Receita Financeira	332	120	452	501	180	681
IR e CSLL diferidos Amortização Intangível	708	255	963	1.068	385	1.453
IR e CSLL diferidos s/ Reembolso de contingência	995	358	1.353	995	358	1.353
IR e CSLL diferidos s/ Ajuste a Valor Justo Debêntures	841	303	1.144	841	303	1.144
Passivo não circulante	2.876	1.036	3.912	3.405	1.226	4.631
Imposto diferido líquido ativo	2.906	1.046	3.952	1.529	456	1.985

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	30.09.2019	30.09.2018
Lucro antes da tributação	52.711	46.500
IR e CS sobre lucro líquido 34%	(17.921)	(15.810)
Despesas não dedutíveis diversas	(1.609)	(1.403)
Exclusões permanentes diversas	455	547
Incentivos fiscais	41	-
Efeitos adoção inicial Lei 12.973 para concessionárias	47	697
Ajustes IRPJ e CSLL exercícios anteriores	77	(119)
IRPJ e CSLL sobre contratos de arrendamento	1.726	-
Outros	18	18
IR e CS totais	(17.166)	(16.070)
Corrente	(19.209)	(17.027)
Diferido	2.043	957

9. Imobilizado

	Equipamentos e Instalações	Computadores e Periféricos	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros Imobilizados ¹	Estoques para Imobilizações ²	Total
Em 1º de janeiro de 2018							
Saldo inicial líquido	2.788	386	234	980	3.167	219	7.774
Aquisições	175	143	33	-	5	1.215	1.571
Transferências	(3.126)	313	(66)	7	(2.957)	(1.185)	(7.014)
Baixas	(1.516)	(585)	(195)	(129)	(208)	-	(2.633)
Depreciação	(439)	(83)	(61)	(557)	(7)	-	(1.147)
Transferências	1.533	(88)	70	297	14	-	1.826
Baixas	1.323	547	150	74	181	-	2.275
Saldo contábil líquido	738	633	165	672	195	249	2.652
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	2.007	1.350	316	1.294	385	249	5.601
Depreciação acumulada	(1.269)	(717)	(151)	(622)	(190)	-	(2.949)
Saldo contábil líquido	738	633	165	672	195	249	2.652
Em 1º de janeiro de 2019							
Saldo inicial líquido	738	633	165	672	195	249	2.652
Aquisições	-	3	1	-	-	269	273
Transferências	195	86	19	-	(69)	(285)	(54)
Baixas	(6)	(27)	(13)	-	-	-	(46)
Depreciação	(132)	(176)	(22)	(183)	(8)	(16)	(537)
Baixas	2	23	8	-	-	-	33
Saldo contábil líquido	797	542	158	489	118	217	2.321
Em 30 de setembro de 2019							
Custo	2.196	1.412	323	1.294	316	233	5.774
Depreciação acumulada	(1.399)	(870)	(165)	(805)	(198)	(16)	(3.453)
Saldo contábil líquido	797	542	158	489	118	217	2.321

¹ Referem-se as Imobilizações em andamento; Prédios e benfeitorias; Terrenos; Ferramentas e Software Business Intelligence.

² Referem-se as Imobilizações localizadas no almoxarifado: Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, entre outros bens adquiridos para futura utilização no ativo fixo.

Notas Explicativas

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão. Anualmente, a Companhia avalia se existem evidências de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e, quando aplicável, realiza teste de recuperação dos mesmos. Não foi identificada a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

A vida útil dos itens utilizada na depreciação é como segue:

	Anos
Equipamentos e instalações	10
Computadores e periféricos	5
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10
Prédios e benfeitorias	25

9.1 Contratos de arrendamento

Identificamos R\$ 7.193 de compromissos com arrendamento mercantil operacional e este valor está sendo reconhecido no balanço patrimonial como direito de uso de arrendamento. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia provisionou o valor de R\$ 75 correspondente a pagamentos de arrendamento de curto prazo e de baixo valor, que são reconhecidos linearmente como uma despesa no resultado do exercício.

	Veículos leves	Veículos pesados	Equipamentos	Total
Em 1º de janeiro de 2019				
Saldo inicial remanescente				
Custo	723	3.828	146	4.697
Aquisições	723	3.825	-	4.548
Baixas	(521)	(1.531)	-	(2.052)
Depreciação	(519)	(2.423)	(87)	(3.029)
Baixas	154	560	-	714
Saldo contábil líquido	560	4.259	59	4.878
Em 30 de setembro de 2019				
Custo	925	6.122	146	7.193
Depreciação acumulada	(365)	(1.863)	(87)	(2.315)
Saldo contábil líquido	560	4.259	59	4.878

10. Intangível

	Infraestrutura				Estoques para Imobilizações ²	Marcas e Patentes	Software	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros ¹				
Em 1º de janeiro de 2018								
Custo	207.722	32.065	205.415	3.259	-	89	903	449.453
Amortização acumulada	(124.889)	(21.045)	(138.672)	-	-	(54)	(491)	(285.151)
Saldo contábil líquido	82.833	11.020	66.743	3.259	-	35	412	164.302
Em 31 de dezembro de 2018								
Saldo inicial	82.833	11.020	66.743	3.259	-	35	412	164.302
Aquisições	198	407	875	24.304	-	-	84	25.868
Transferências	(53.978)	18.585	49.159	(7.210)	-	-	458	7.014
Baixas	(4.694)	(6.195)	(1.960)	-	-	(51)	(492)	(13.392)
Amortização	(23.560)	(4.808)	(22.410)	-	-	(11)	(282)	(51.071)
Baixas	2.814	5.965	2.949	-	-	51	492	12.271
Saldo contábil líquido	44.640	15.129	62.431	20.353	-	24	615	143.192
Em 31 de dezembro de 2018								
Custo	149.248	44.862	253.489	20.353	-	38	953	468.943
Amortização acumulada	(104.608)	(29.733)	(191.058)	-	-	(14)	(338)	(325.751)
Saldo contábil líquido	44.640	15.129	62.431	20.353	-	24	615	143.192
Em 1º de janeiro de 2019								
Saldo inicial	44.640	15.129	62.431	20.353	-	24	615	143.192
Aquisições	40	382	-	9.043	245	-	18	9.728
Transferências	10.743	678	11.436	(22.857)	15	-	-	15
Baixas	-	(52)	-	-	-	-	-	(52)
Amortização	(19.465)	(5.793)	(22.649)	-	(36)	(6)	(136)	(48.085)
Transferências	-	4	(4)	-	-	-	-	-
Baixas	-	44	-	-	-	-	-	44
Saldo contábil líquido	35.958	10.392	51.214	6.539	224	18	497	104.842
Em 30 de setembro de 2019								
Custo	160.031	45.870	264.925	6.539	260	38	971	478.634
Amortização acumulada	(124.073)	(35.478)	(213.711)	-	(36)	(20)	(474)	(373.792)
Saldo contábil líquido	35.958	10.392	51.214	6.539	224	18	497	104.842

¹ O valor de Outros de refere a obras em andamento.

² Referem-se as Imobilizações localizadas no almoxarifado: Móveis e utensílios, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, entre outros bens adquiridos para futura utilização no ativo intangível.

Notas Explicativas

Para os itens do Intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores recuperáveis, a Companhia realiza testes para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 não foram identificadas evidências de que os saldos contábeis dos ativos corpóreos ou intangíveis estivessem registrados a valores superiores aos seus valores de recuperação.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento no montante de R\$ 523, diretamente atribuíveis às obras realizadas ao longo da rodovia em conformidade com o direito de exploração.

11. Fornecedores e outras obrigações

a) Fornecedores

	30.09.2019	31.12.2018
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais ⁽¹⁾	1.454	2.565
Prestadores de Serviços	385	-
	<u>1.839</u>	<u>2.565</u>

b) Arrendamento mercantil e Outras obrigações

	30.09.2019	31.12.2018
Arrendamento Mercantil Operacional	3.576	-
Arrendamento a apropriar	137	-
	<u>3.713</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

	30.09.2019	31.12.2018
Comissões sobre fianças ⁽²⁾	-	19
Verba de fiscalização ⁽³⁾	355	345
Receita Diferida ⁽⁴⁾	1.046	640
Retenções contratuais ⁽⁵⁾	158	361
Seguros a Pagar ⁽⁶⁾	214	36
Energia ⁽⁷⁾	257	219
Outras	59	114
	2.089	1.734
Dividendos	6	6
Total	5.808	1.740

(1) Os fornecedores nacionais compreendem obrigações perante fornecedores no País, relacionadas com compras de mercadorias e serviços a vencer no período de 12 (doze) meses do encerramento contábil. Os saldos de contas a pagar a fornecedores em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 representam obrigações com prazos de pagamento inferiores a três meses.

(2) As comissões sobre fianças referem-se às garantias predeterminadas no contrato de financiamento firmado junto ao BNDES. (Nota 12)

(3) Verbas anuais devidas ao Poder Concedente (ANTT), previstas no contrato de concessão.

(4) Antecipações recebidas de clientes referentes a receitas extraordinárias por exploração da faixa de domínio que a Companhia irá se apropriar em um período de até 12 (doze) meses subsequentes ao fato gerador.

(5) Referem-se aos valores retidos, a título de garantia na execução das obras, determinados através dos contratos firmados, entre a Companhia e seus prestadores de serviços, onde os respectivos valores serão devolvidos na ocasião do término das obras.

(6) Os valores referem-se aos seguros contratados pela Companhia (Nota 25).

(7) Obrigações relativas à aquisição de serviço de energia elétrica.

Notas Explicativas

12. Empréstimos e financiamentos

a) Composição e movimentação do saldo em aberto do empréstimo

Objeto	Subcréditos	Vencimento	Indexador	Encargos	Saldo inicial	Principal		Variação monetária	Juros		Saldo final
						Captação	Pagamento		incorridos	pagos *	
				<u>anuais (spread)</u>	<u>31/12/2018</u>						<u>30/09/2019</u>
BNDES I	C	jul/19	TJLP	1,80 % a.a.	795	-	(766)	(28)	18	(19)	-
BNDES I	D	jul/19	TJLP	2,80 % a.a.	341	-	(329)	(11)	9	(10)	-
BNDES III	A	jul/19	TJLP	1,89 % a.a.	4.442	-	(4.276)	(153)	99	(112)	-
BNDES III	B	jul/19	TJLP	2,89 % a.a.	1.953	-	(1.878)	(68)	49	(56)	-
BNDES Automático II	1	fev/21	TJLP	6,00% a.a.	12.062	5.217	(5.513)	9	1.162	(1.165)	11.772
Total					19.593	5.217	(12.762)	(251)	1.337	(1.362)	11.772
Parcela do curto prazo					<u>13.158</u>						<u>8.341</u>
Parcela do longo prazo					<u>6.435</u>						<u>3.431</u>

* A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa de financiamento, por se tratar de custos com obtenção de recursos financeiros.

Em 15/07/2019 os contratos com BNDES I e BNDES III foram liquidados.

b) Histórico de liberação do contrato de empréstimo – BNDES Automático II

A Companhia firmou contrato de abertura de crédito fixo, modalidade, Produto BNDES automático, tendo como agente financeiro o Banco Santander S.A. Os recursos foram destinados às obras de contenção, fresagem, microrevestimento, passarelas, dreno horizontal e recuperação do pavimento rígido.

A totalidade do crédito compreende R\$ 20.000, montante totalmente levantado até a presente data.

Sobre o valor financiado incidirão juros de 6% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. O crédito inicial foi utilizado até outubro de 2017, visto que as liberações são realizadas pelo sistema de reembolso. A amortização teve início em 15 de março de 2018.

O presente contrato não possui cláusulas restritivas (“covenants”).

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

	<u>30.09.2019</u>
2020	2.059
2021	1.372
Total não circulante	<u>3.431</u>

13. Salários, provisões e contribuições

	<u>30.09.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Obrigações Trabalhistas	1.966	1.555
Participação no Resultado	1.334	1.615
Encargos Trabalhistas	596	751
Imposto de Renda Retido na Fonte	39	84
Benefícios	9	10
Outros	174	170
Total circulante	<u>4.118</u>	<u>4.185</u>

14. Contingências

A Companhia constitui provisão em face de perdas prováveis decorrentes de ações trabalhistas, cíveis e fiscais, baseada nas informações de seus assessores jurídicos. As ações de natureza cível estão cobertas por apólice de seguro (Nota 25). A Administração não acredita na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro. Adicionalmente, a Companhia detém R\$ 691 em setembro de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 665), depositados judicialmente referente aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, nos valores de R\$ 601 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 637), 54 e R\$ 36 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 28), respectivamente.

Composição e movimentação do saldo

	<u>Saldo Inicial 31.12.2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Provisões Revertidas</u>	<u>Saldo Final 30.09.2019</u>
Trabalhistas	1.301	86	(57)	(738)	592
Cíveis	7.526	198	(40)	(46)	7.638
Valor Provisionado	<u>8.827</u>	<u>284</u>	<u>(97)</u>	<u>(784)</u>	<u>8.230</u>

Notas Explicativas

Destaca-se o valor atualmente registrado a título de provisão de contingência cível na importância de R\$ 7.638, dos quais, R\$ 6.371 refere-se a ação ajuizada por Jaílson Bispo Ferreira em desfavor da CRT, por atropelamento de animal de grande porte no ano de 2000. Esta ação está coberta por apólice, emitida pela seguradora Bradesco Seguros, no valor histórico de R\$ 3.981 e está registrada no ativo não circulante.

a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

(i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos. Os valores provisionados compreendem a franquia prevista na apólice de seguro e as causas prováveis que não possuem cobertura.

(ii) Ação cível pública de nulidade do contrato

Anulação do Contrato de Concessão, por meio de ações populares, sob a alegação de ilegalidades e de que o lucro obtido pela Companhia com a exploração da Concessão não estaria sendo acompanhado de melhorias na Rodovia. Em 27 de outubro de 2011, o Juízo julgou improcedente a presente ação, não tendo acolhido a tese autoral.

Em 04 de agosto de 2015, foi publicada decisão do TRF-2ª Região, que julgou a ação popular e as apensadas. A CRT obteve êxito total em três delas, desonerando-a da indenização por danos materiais e morais, bem como da isenção de cobrança do pedágio na praça PN-2, localizada no Km 71 da rodovia.

Notas Explicativas

Quanto à ação popular, o TRF-2ª Região entendeu em reformar, por maioria, a sentença de primeiro grau que havia julgado improcedente o pedido de anulação do contrato de concessão.

A CRT recorreu da referida decisão judicial a fim de assegurar seus direitos e proteger sua gestão de mais de vinte anos da concessão em vigor, bem como adotará os procedimentos processuais cabíveis para reverter tal decisão, até seu trânsito em julgado.

(iii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$ 929. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e Magé.

b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

c) Ação de Obrigação de Fazer

A CRT protocolou em 05/05/2017, nova Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro existente no contrato de concessão firmado com a CRT, que persiste desde 2013.

O desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão foi provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente, que desde 2013 a CRT tem tentado junto a ANTT uma forma de reequilibrá-lo.

Notas Explicativas

A ANTT, embora tenha reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão apresentado na 7ª revisão extraordinária e na 21ª revisão ordinária, até o momento não aprovou a forma de reequilibrar o contrato de concessão, conforme as previsões contratuais em vigor.

A CRT acredita que o contrato de concessão será respeitado e que os desequilíbrios apontados serão devidamente reequilibrados por meio dos instrumentos disponíveis e previstos neste.

d) Contingências possíveis

Adicionalmente, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui o montante de aproximadamente, R\$ 11.244 em setembro de 2019, referente a processos cíveis e trabalhistas, cujos riscos de perda foram considerados possíveis, os quais, não foram considerados para fins de provisão, conforme composição e estimativa a seguir:

	30.09.2019	31.12.2018
Trabalhistas	3.758	3.553
Cíveis	6.840	8.707
Fiscais	646	335
	11.244	12.595

15. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 - Contratos de Concessão e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Notas Explicativas

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2018 e 30 de setembro de 2019 são:

	Saldo Inicial 31.12.2018	Realização	Saldo Final 30.09.2019
Provisão para manutenção	958	(259)	699
Passivo circulante	383		383
Passivo não circulante	575		316

16. Debêntures

As Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26 de dezembro de 2001, com as seguintes características resumidas:

- 1) Forma e espécie: Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.
- 2) Quantidade de títulos: 23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
- 3) Valor da emissão (em R\$): A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$ 62.963, na data de emissão.
- 4) Data de emissão: 31 de dezembro de 2001.
- 5) Valor nominal (em R\$): (Cláusula 2.8): As debêntures têm valor nominal unitário de R\$ 0,56055, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$ 12.949.

Notas Explicativas

- 6) Prêmio de emissão (em R\$): (Cláusula 2.9): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$ 2,16513 na data de emissão, perfazendo o total de R\$ 50.014.
- 7) Vencimento final: (Cláusula 2.18): Vencimento: Conforme facultado pelo art. 55, § 3º da Lei nº 6.404/76, as Debêntures somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da EMISSORA, por qualquer razão, ressalvado o disposto no item 2.21.
- 8) Vencimento Antecipado: (Cláusulas 2.19 & 2.20):
- 2.19 – Vencimento Antecipado. Na hipótese de dissolução da Emissora ou descumprimento das obrigações previstos na Cláusula 2.16, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Todavia, tal declaração de vencimento antecipado será vedada ao Agente Fiduciário caso o inadimplemento, pela Emissora, das obrigações previstas na Cláusula 2.16 decorrer do fato de tais obrigações serem incompatíveis: (i) com a disponibilidade financeira da Emissora (desde que, nesta hipótese, o inadimplemento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 2.16 não ocorra por período superior a três exercícios sociais consecutivos); e/ou (ii) com os compromissos contratuais e/ou de investimentos da Emissora decorrentes do Contrato de Financiamento e/ou do Contrato de Concessão.
- 2.20 – Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, conforme disposto na Cláusula 2.19 acima, a EMISSORA pagará aos detentores das Debêntures, à época em circulação, o valor nominal das Debêntures, corrigido de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado auferido pela

Notas Explicativas

Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou, na extinção ou invalidação deste, por qualquer outro índice que venha, de modo mais similar ao IGP-M, resguardar o valor econômico do valor nominal das Debêntures.

9) Conversibilidade:

(Cláusula 2.11.1.) Os detentores das Debêntures poderão solicitar a conversão de suas Debêntures em ações preferenciais da Emissora a partir de 15 de maio de 2002, observando o disposto nas Cláusulas 2.11.4, 2.11.8 e 2.11.10 desta Escritura.

(Cláusula 2.11.4): Aberto o prazo na forma do item 2.11.1 supra, a conversão de Debêntures em ações da EMISSORA deverá ser realizada até 30 (trinta) dias antes de 22 de março de 2021, data do término da concessão outorgada à EMISSORA, conforme Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública entre a União, por Intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, e a Concessionária Rio-Teresópolis S.A., datado de 22 de novembro de 1995 ("Contrato de Concessão").

(Cláusula 2.11.5.) Cada uma das Debêntures será conversível em 4,1225 novas ações preferenciais classe A, sem direito a voto, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da EMISSORA, com as mesmas características das ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura. Caso a conversão das Debêntures resulte em número fracionário de ação, a parcela correspondente a tal fração será devida em moeda corrente nacional, na data da solicitação de conversão, devendo o pagamento ser realizado até o 5º dia útil subsequente à data de conversão, tendo por base o

Notas Explicativas

valor patrimonial da ação. Quando o somatório das frações oriundas de conversões de cada debenturista for superior a 1 (uma) ação, este não mais terá direito ao pagamento em moeda corrente nacional da fração que exceder a 1 (uma) ação.

(Cláusula 2.11.7): As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

As ações preferenciais classe A da EMISSORA que forem emitidas em decorrência da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações preferenciais classe A previstas no Estatuto Social da Emissora na data de assinatura da presente Escritura e farão jus a todos os dividendos, bonificações e demais vantagens que venham a ser declarados em atos societários da EMISSORA a partir da data da solicitação de conversão pelo Debenturista, ressalvado, porém, que as ações preferenciais classe A resultantes da conversão de Debêntures participarão em dividendos que venham a ser distribuídos relativamente a lucros apurados no exercício social no qual ocorreu a conversão, pro rata temporis, com base no período de tempo compreendido entre a data de conversão e o término do exercício social.

10) Destinação dos Recursos:

(Clausula 2.12): Destinação dos Recursos: Os recursos captados pela EMISSORA em decorrência da presente emissão serão integralmente destinados da seguinte forma: (i) até R\$ 12.948.705,00 (doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinco reais) para liquidação de obrigações contratuais da Emissora; e (ii) o saldo remanescente

Notas Explicativas

será utilizado para o resgate, sem redução de capital, à conta de reserva de capital a ser formada com o prêmio de emissão das Debêntures, de 92.400 (noventa e duas mil e quatrocentas) ações preferenciais classe A representativas do capital social da EMISSORA, perfazendo o preço de resgate máximo total de R\$ 50.014.503,00 (cinquenta milhões, quatorze mil, quinhentos e três reais).

(Cláusula 2.12.2): A EMISSORA obriga-se a resgatar as ações preferenciais classe A de sua emissão, conforme descrito na Cláusula 2.12 acima, em até 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Anúncio de Encerramento de Distribuição ou em até 10 (dias) anteriores a distribuição de participação nos lucros da Companhia referente ao 3º trimestre de 2002, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

11) Remuneração:

(Cláusula 2.16): Participação nos Lucros: Cada Debênture terá direito à participação nos lucros da EMISSORA, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura, sempre de forma a que cada Debenturista receba a mesma remuneração bruta a que teria direito se já houvesse convertido a totalidade de suas Debêntures em ações preferenciais classe A da EMISSORA, nas bases de conversão estabelecidas na Cláusula 2.11.5, sendo a participação nos lucros calculada de acordo com a

Notas Explicativas

seguinte fórmula, observado o disposto na Cláusula 2.14.1 desta Escritura:

- a. Para as participações nos lucros dos exercícios sociais findos até 31 de dezembro de 2003:

$$R = 4 \times D$$

- b. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2004:

$$R = 4,1233189 \times D$$

- c. Para as participações nos lucros a partir dos exercícios sociais iniciados em 01 de janeiro de 2005:

$$R = 4,1180175 \times D$$

Onde:

R = remuneração total de cada Debênture; e

D = montante, por ação, de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída pela EMISSORA a seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações, com a única ressalva do disposto na Cláusula 2.17 desta Escritura.

(Cláusula 2.16.1): Para fins dos dispostos na Cláusula 2.16 acima, as distribuições de dividendos e participação nos lucros da Emissora, que ocorrerem durante o prazo de colocação das Debêntures e anteriormente ao efetivo resgate das ações preferenciais classe A da Emissora, conforme Cláusula 2.12.2 acima, terão por base o número de ações no qual o capital social da Emissora restaria dividido se, cumulativamente: (a) o resgate das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia já houvesse sido efetuado na forma originalmente prevista pela Cláusula 2.12 da Escritura de Emissão; e

Notas Explicativas

(b) todos os debenturistas tivessem convertido suas debêntures em ações preferenciais classe A da Emissora.

(Cláusula 2.14): Remuneração: A remuneração das Debêntures será exclusivamente aquela estabelecida na Cláusula 2.16 infra, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável.

- 12) Compromisso de Distribuição: (Cláusula 2.17): A Emissora distribuirá a seus acionistas e aos Debenturistas, no conjunto, uma quantia global correspondente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do que teria sido - após a compensação de prejuízos acumulados e da provisão para o pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro e de qualquer outro tributo que venha a ser criado - o seu lucro líquido no exercício, com os ajustes do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observado o disposto no parágrafo 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As distribuições a que se refere esta Cláusula serão realizadas trimestralmente, por conta da distribuição anual, que será por ocasião da aprovação do balanço de cada exercício social, respeitadas as determinações legais e a disponibilidade financeira e/ou compromissos contratuais ou de investimentos da Emissora.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembleia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

As debêntures conversíveis representam um instrumento financeiro composto em conformidade com a essência dos termos contratuais e as definições do CPC 39.AG30 & AG31, por conter as características de patrimônio líquido e de dívida. A opção de

Notas Explicativas

conversão que está embutida nas debêntures conversíveis e cujo valor justo na data de emissão corresponde ao prêmio das opções constitui um instrumento patrimonial, em aplicação do CPC 39.

Com relação à mensuração subsequente do instrumento patrimonial (opção de conversão) a Companhia atende ao CPC 39.36 que indica que as alterações de valor justo de instrumentos patrimoniais não devem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. Entretanto, as demais debêntures não vendidas (9.420) foram canceladas, no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures e seus aditivos estão disponíveis no site da Companhia para consulta dos investidores, no endereço www.crt.com.br, na seção de relação com investidores.

Quadro resumo

Debêntures emitidas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	23.100	0,56055	12.949	2,16513	50.014	62.963

Debêntures canceladas	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	9.420	0,56055	5.280	2,16513	20.396	25.676

Debêntures em vigor	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal - total	Valor unitário do prêmio	Valor do prêmio - total	Total geral
	13.680	0,56055	7.668	2,16513	29.619	37.287

O valor nominal total de R\$ 7.668 (R\$ 12.752 ajustados a valor presente em 30/09/2019 e R\$ 11.317 em 31/12/2018), corresponde ao compromisso da Companhia com os debenturistas, em caso da não conversão das debêntures.

O valor desta obrigação está sendo reconhecido no balanço patrimonial pelo seu custo amortizado. Em 30 de setembro de 2019, a Companhia provisionou o valor de R\$ 25.798

Notas Explicativas

(2018: R\$ 27.452) – Nota Explicativa 21, correspondente à remuneração dos debenturistas.

O quadro abaixo demonstra a movimentação da remuneração das debêntures:

	Saldo Inicial 31.12.2018	Adições	Baixas	Saldo Final 30.09.2019
Debêntures	8.042	25.798	(24.144)	9.696
Valor Provisionado	8.042	25.798	(24.144)	9.696

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 95.000, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 26 de abril de 2019, foi deliberado o aumento de R\$ 2.000 no capital social autorizado da Companhia, mediante utilização de Reserva de Lucros e Reserva de Capital, passando a ser R\$ 95.000.

Notas Explicativas

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	30.09.2019						31.12.2018	
	ON	%	PN	%	Total	%	Total	%
Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A. - INVEPAR	17.994	36,88	3.550	9,42	21.544	24,92	21.544	24,92
CCNE Carioca Concessões S/A.	10.264	21,04	8.202	21,77	18.466	21,36	18.466	21,36
ROAD Participações em Concessionárias Ltda.	8.569	17,57	5.800	15,40	14.369	16,62	14.369	16,62
Queiroz Galvão Logística S.A.	10.264	21,04	—	—	10.264	11,87	10.264	11,87
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S/A.	—	—	8.201	21,76	8.201	9,48	8.201	9,48
CRT - Fundo de Investimento em Participações	—	—	9.526	25,28	9.526	11,02	9.526	11,02
M.&G. Consultoria e Participações Ltda.	—	—	711	1,89	711	0,82	711	0,82
CREDICOM Comercial Inf. e Serviços Ltda.	625	1,28	588	1,56	1.213	1,40	1.213	1,40
ERG Participações Ltda.	1.070	2,19	1.102	2,92	2.172	2,51	2.172	2,51
Total	48.786	100	37.680	100	86.466	100	86.466	100

b) Dividendo

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendo com base nos lucros apurados nesses balanços e/ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, observado o disposto em lei.

Consta também no estatuto social que o dividendo intermediário será sempre considerado como antecipação do dividendo obrigatório.

Notas Explicativas

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos no período:

	Saldo Inicial 31.12.2018	Atribuídos	Pagos	Saldo Final 30.09.2019
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	6	-	-	6
Dividendo de exercício anterior	-	35.156	(35.156)	-
Total de dividendos	6	-	-	6

c) Reservas

c.1) Reserva de ágio

Referente a ágio apurado na emissão de ações.

c.2) Reserva para aumento de capital

Constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.

c.3) Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social integralizado da Companhia.

c.4) Reserva de restituição de capital (estatutária)

Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.

c.5) Reserva para investimentos (estatutária)

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.

Notas Explicativas

c.6) Reserva de retenção de lucros

Constituída para cobrir o orçamento de capital, previsto no Contrato de Concessão (PER), aprovado pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Legislação Societária.

As reservas encontram-se abaixo distribuídas:

	30.09.2019	31.12.2018
Reserva de ágio	3.596	3.596
Reserva legal	949	1.974
Reserva de restituição de capital	4.935	4.935
Reserva para investimentos	1.793	2.768
Reserva de retenção de lucros	20.011	34.810
Lucros Acumulados	15.188	-
Total das reservas	46.472	48.083

18. Receitas

	30.09.2019	30.09.2018
Receita de pedágio	200.116	188.728
Receita extraordinária	1.085	1.040
Receita de construção *	9.043	16.867
Tributos incidentes sobre as receitas	(17.165)	(16.575)
Abatimentos sobre Receitas de Pedágio	(2.760)	(2.550)
Receita líquida	190.319	187.510

* O reconhecimento da receita de construção é realizado de acordo com a Interpretação Técnica ICPC01 – Contrato de Concessão. Assim, todo o gasto de infraestrutura é reconhecido na receita de construção, sem acréscimo da margem. No caso da Companhia, como há terceirização da obra, o efeito do reconhecimento de uma margem calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventual custo de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra não é significativo. Em contrapartida, o reconhecimento do custo de construção é igual ao valor reconhecido como receita de construção.

Notas Explicativas**19. Custos**

	30.09.2019	30.09.2018
Custos associados às receitas de pedágio		
Manutenção e conservação		
Pessoal, encargos e benefícios	2.177	2.452
Prestadores de serviço	6.725	7.794
Material, equipamento e veículos	1.250	1.509
Gastos gerais	1.057	1.920
Gastos com aluguéis	-	151
Depreciação e amortização	47.945	37.344
	59.154	51.170
Custo de operação		
Pessoal, encargos e benefícios	6.265	9.141
Prestadores de serviço	7.056	8.803
Material, equipamento e veículos	1.514	2.063
Gastos gerais	917	758
Custos contratuais de concessão	5.508	5.718
	21.260	26.483
Custo de monitoração		
Prestadores de serviço	839	842
Material, equipamento e veículos	32	8
	871	850
Custo de projetos especiais		
Prestadores de serviço	23	173
Custo apropriação	652	909
	675	1.082
Total de custos associados a receita de pedágio	81.960	79.585
Custos associados às receitas de construção		
Custo de construção	9.043	16.867
Total	91.003	96.452

Notas Explicativas**20. Despesas gerais e administrativas**

	30.09.2019	30.09.2018
Salários, encargos e benefícios	5.805	6.859
Serviços de terceiros	2.186	2.274
Despesas de materiais, equipamentos e veículos	833	1.274
Despesas gerais	4.472	4.234
Despesas de remuneração de dirigentes	1.134	1.098
Total	14.430	15.739

21. Receitas e despesas, financeiras

	30.09.2019	30.09.2018
Despesas financeiras:		
Despesas de financiamento	(813)	(1.371)
Despesas bancárias	(544)	(535)
Variação monetária passiva	(77)	(113)
Despesa Financeira - Debêntures	(1.434)	(1.630)
Despesa Financeira - Arrendamento	(218)	-
	(3.086)	(3.649)
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações	2.020	1.589
Variação monetária ativa	39	165
Descontos obtidos	3	5
Outros	3	1
	2.065	1.760
Remuneração de Debenturistas	(25.798)	(27.452)
Total	(26.819)	(29.341)

22. Remuneração dos Administradores e PLR dos Empregados**a) Participação dos Empregados no Lucro (PLR)**

A Companhia atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados - PLR), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra "h", do Estatuto da Companhia, bem como a seus

Notas Explicativas

dirigentes. Do montante provisionado, a título de participação nos resultados em 30 de setembro de 2019, foram atribuídos aos empregados e diretores, R\$ 1.812 (R\$ 1.664 em 2018).

b) Remuneração e Participação dos Administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em proposta para destinação dos resultados divulgada pela Administração em 27 de março de 2019, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 3.300.

Com relação à remuneração (excluindo-se demais despesas), a composição é a seguinte:

	30.09.2019			30.09.2018		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Composição						
Pró-labore	1.056	78	1.134	1.027	71	1.098
Bônus variáveis (i)	650	-	650	558	-	558
Outros	62	-	62	62	-	62
Total	1.768	78	1.846	1.647	71	1.718

(i) Valor provisionado, sujeito a alteração quando do pagamento.

23. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

(a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na

Notas Explicativas

interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2019 e não divergem, de forma significativa, do seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações com Poder Concedente.

(b) Análise de sensibilidade à variação da taxa de CDI

A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes a caixa indexada à variação do CDI

Operação	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira	54.324	54.324	54.324
Taxa anual estimada do CDI	6,27%	4,70%	3,14%
Efeito anual no caixa líquido	3.406	2.553	1.706

Notas Explicativas

(c) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros

BNDES Automático II

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos				
BNDES Sub-Crédito1	TJLP + 6,00%	3.775	3.817	3.860
Referência para passivos financeiros TJLP (% ao ano)		5,95%	7,44%	8,93%

(d) Taxas de câmbio

A Companhia não possui operações de câmbio.

(e) Derivativos

No trimestre encerrado em 30 de setembro de 2019, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

(f) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e debenturistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever, momentaneamente, a política de pagamento de dividendos e remuneração de debenturistas. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida

Notas Explicativas

líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira, em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, podem ser assim sumariados:

	<u>30.09.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Debêntures (Nota 16)	22.448	19.359
Total dos empréstimos (Nota 12)	11.772	19.593
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(58.996)	(25.625)
Dívida líquida	<u>(24.776)</u>	<u>13.327</u>
Total do patrimônio líquido	141.472	141.083
Total do capital	<u>116.696</u>	<u>154.410</u>
Índice de alavancagem financeira	- 0,21	0,09

Em 09/09/2019, a Companhia teve o seu rating afirmado em 'AAA(bra)' atribuído pela classificadora de riscos "Fitch Ratings", com perspectiva estável.

24. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018.

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Considerando o cenário de conversão das debêntures, as 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures são convertidas em 56.396 ações preferenciais classe A, totalizando 142.862 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e duas) ações, sendo 48.786 ações ordinárias e 94.076 ações preferenciais classe A.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	30.09.2019			30.09.2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	19.218	16.327	35.545	16.452	13.978	30.430
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	48.786	37.680	86.466	48.786	37.680	86.466
Lucro por ação (R\$)	393,92	433,32	411,09	337,23	370,96	351,93

(*) Para o lucro diluído em 30 de setembro de 2019 e 2018, vide quadro abaixo:

	30.09.2019			30.09.2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	11.388	24.157	35.545	9.750	20.680	30.430
(+) Reversão de despesa financeira referente às debêntures conversíveis, líquida de impostos	5.455	11.572	17.026	5.805	12.313	18.118
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado ⁽¹⁾	16.844	35.728	52.571	15.555	32.993	48.548
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação ⁽²⁾	48.786	94.076	142.862	48.786	94.076	142.862
Lucro por ação (R\$)	345,26	379,78	367,99	318,83	350,71	339,82

⁽¹⁾ A conversão das debêntures em ações, elimina a despesa financeira com a remuneração das debêntures, acarretando o crescimento dos impostos sobre o lucro, impactando negativamente a distribuição de resultado. A diluição decorre, meramente, do impacto fiscal. A conversão em si não gera diluição uma vez que a remuneração das debentures é equivalente a remuneração das ações em circulação.

⁽²⁾ Considerando-se a ocorrência da conversão das Debêntures em ações preferenciais classe A.

Os efeitos da diluição estão diretamente associados ao percentual de distribuição de lucro apurado, que foi de 100% em 2019 e 2018. Quanto menor o percentual atribuído aos acionistas e debenturistas, menor impacto das despesas financeiras e, por conseguinte, os ganhos tributários decorrentes desta.

Notas Explicativas

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais. A Companhia não possui outros instrumentos financeiros conversíveis, além das debêntures descritas na Nota nº 16.

25. Coberturas de seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) - compreendendo a totalidade da Rodovia BR-116/RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram os seguintes em 30 de setembro de 2019:

Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil	10.000	12.09.19 a 12.03.21	Fairfax Brasil Seguros Corporativos
Risco Engenharia	6.356	16.01.18 a 31.12.19	Berkley International do Brasil Seguros
Riscos Operacionais	45.000	11.07.19 a 11.01.21	Fairfax Brasil Seguros Corporativos
Garantia	29.550	22.11.18 a 22.11.19	Fator Seguradora
Administradores e Diretores	20.000	15.02.19 a 15.02.20	Starr International Brasil Seguradora
Automóveis	4.814	30.01.19 a 30.01.20	Tokio Marine Seguradora

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta e a avaliação da sua deficiência não faz parte do escopo de exame ou revisão das demonstrações financeiras pelos auditores independentes.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia tem como política não divulgar as projeções dos seus resultados de curto e longo prazo.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. Projetos de Investimentos

a) Terceira faixa na Serra de Teresópolis

A Serra de Teresópolis recebeu a terceira faixa de rolamento em 08 de seus 14 quilômetros. O projeto, previsto no contrato de concessão, foi liberado pelos órgãos reguladores e ambientais para sua execução, tendo a CRT iniciado a primeira fase, que compreende o trecho entre o Km 102 e o Km 98, em abril de 2010.

A primeira fase do projeto foi concluída em setembro/2011 e em seguida foi iniciada a obra do segundo trecho, do Km 100 ao Km 97.

A segunda fase do projeto foi concluída em julho de 2012 e em agosto de 2012 iniciaram-se as obras do terceiro trecho, do Km 97 ao Km 94, que foram concluídas em novembro de 2014.

Terceira faixa deu maior fluidez ao tráfego da serra

Histórico

O trecho da Serra dos Órgãos (do Km-104 ao Km-90) completou 50 anos de construção em 2009 e, apesar das melhorias e da permanente manutenção, as restrições geográficas e o fato de estar dentro de uma unidade federal de conservação ambiental permanente, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, impediram que grandes obras fossem realizadas desde a sua inauguração.

Saturação

Nos últimos anos, com o aumento do fluxo de veículos, esse trecho passou a apresentar saturação na sua capacidade de absorver o tráfego no local. Como resultado, a fluidez da via e a sua segurança rodoviária vêm se deteriorando ano a ano.

Licenças e autorizações

Embora, de acordo com o contrato de concessão, a obra de construção da terceira faixa na Serra estivesse prevista para ser iniciada há alguns anos, foi necessário aguardar até que diversas avaliações - sobre a obra frente à legislação ambiental brasileira - fossem concluídas e, posteriormente, pela minuciosa análise técnica e ambiental do projeto por parte dos órgãos reguladores para que as licenças e autorizações necessárias para o seu início fossem concedidas.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Início das obras e benefícios

Em abril de 2010, a CRT iniciou a construção de uma terceira faixa na Serra. Essa nova configuração permitiu que veículos lentos utilizassem a nova faixa da direita, dando passagem aos veículos mais rápidos. Desta forma, a capacidade de absorção dos veículos que por ali trafegavam foi significativamente aumentada, proporcionando mais fluidez e, principalmente, maior segurança aos usuários. Os benefícios se estendem aos municípios servidos pela rodovia, cuja atividade econômica será ajudada pela eliminação de um gargalo que interfere no escoamento dos seus produtos e pela melhoria da infraestrutura para o desenvolvimento econômico e da vocação turística da Região Serrana.

Intervenções em etapas

Para evitar que a realização de uma obra com tal complexidade, em um trecho onde é impossível a criação de desvios ou rotas alternativas próximas, compromettesse excessivamente a fluidez na região e o bem-estar dos usuários, a CRT e a ANTT realizaram as intervenções em etapas, dividindo o trecho em três segmentos.

Após a conclusão de cada segmento, a obra avançou de forma a reduzir ao máximo a abrangência e a extensão dos transtornos na região. Essa decisão aumentou o prazo de conclusão da obra, mas atenuou o desconforto de quem usa a rodovia.

Pesquisas realizadas pelo IBOPE nos últimos anos indicam que a maioria dos motoristas (90%) foi favorável à realização da obra.

Vale destacar que, em função de restrições ambientais e geológicas, em alguns pequenos trechos o traçado original não foi alterado.

Preservação ambiental

Parte significativa das intervenções ocorreu em trechos de uma das mais antigas e importantes unidades de conservação ambiental permanente do Brasil, o PARNASO (Parque Nacional da Serra dos Órgãos).

Ações preventivas relativas ao meio ambiente para a execução da obra.

- Não houve canteiro de obras na Serra de Teresópolis. Foi utilizada a Base de Manutenção e Conservação da CRT, localizada no Km-105 da rodovia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

- Os resíduos gerados durante a obra foram segregados conforme sua classe, armazenados em caçambas estacionárias e destinados a locais de descarte apropriados.
- Foi contratada uma empresa para supervisão ambiental que disponibilizou, entre outros, um técnico ambiental de campo que atuou de forma permanente nas frentes de trabalho, acompanhando e aferindo as medidas de proteção ambiental implantadas.
- Foram implantados dispositivos para a contenção de sedimentos que possam ser liberados durante a obra.
- Foi feita a capacitação técnica ambiental para engenheiros, encarregados, mestres de obras e operários das diversas frentes de trabalho.
- Os equipamentos foram dotados de caixas de contenção para evitar possíveis derramamentos de óleo ou graxa.
- As margens dos rios foram devidamente protegidas com telas e tapumes para evitar que qualquer material tenha sido carregado para dentro dos mesmos.
- Para assegurar a preservação do trecho, foi feito o monitoramento das condições da água e do ar antes, durante e após a conclusão da obra.
- Como em todas as obras, foram instalados banheiros químicos para os funcionários, inclusive na Serra.
- Os caminhões utilizados para transportar materiais (agregados) para a obra, bem como na destinação dos resíduos gerados, utilizaram lonas de cobertura para evitar emissão de material particulado para a atmosfera.

b) Demais projetos

Dentre as obras e serviços concluídos e em andamento no trimestre, destacamos:

Serviços de Conserva e Manutenção

- Reparos em cercas delimitatórias na Faixa de Domínio: 5.422 metros
- Manutenção da Sinalização Horizontal: 18.019 m² de pintura e 1.258 unidades (tachas e tachões)
- Manutenção da Sinalização Vertical: 70 placas e 541 delineadores
- Pavimento Rígido: 55 placas do Km 91,5 ao Km 93

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Contenções de Encostas

– Contenções de Encostas - Km 29

2. Reequilíbrio do Contrato de Concessão

Em 05/05/2017 foi protocolada Ação de Obrigação de Fazer, com pedido alternativo condenatório e pedido de tutela de urgência contra a União e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em razão de grave desequilíbrio econômico-financeiro, que persiste desde 2013, existente no contrato de concessão firmado com a CRT. O desequilíbrio econômico-financeiro foi provocado, principalmente, pelas retiradas das praças de pedágio de PN2 e PN3, localizadas no km 71 e km 14, respectivamente.

Em 24/09/2018, o juízo julgou procedente a ação para obrigar a ANTT a fazer o aporte até o final de concessão. A sentença foi publicada em 08/10/2018. A União apresentou contrarrazões e apelação própria ao TRF de Brasília, nas quais alega que a escolha da forma de reequilíbrio (aporte) teria sido do juiz e não do administrador (ANTT), e aponta os riscos dessa suposta usurpação de competência. A ANTT apresentou contrarrazões sem inovações.

O processo encontra-se concluso com o Desembargador Relator, desde 20/08/2019. Embora o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão permaneça desde 2013, a CRT acredita que a ANTT procederá o reequilíbrio do contrato de concessão antes do seu término, em março/21 e continuará mantendo seu compromisso na excelência de serviços prestados aos usuários da rodovia e na contribuição ao desenvolvimento econômico e social dos municípios onde está presente, como vem ocorrendo ao longo de seus 23 anos.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rio Teresópolis S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rio Teresópolis S.A. – CRT (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão e auditoria dos valores correspondentes referentes às informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2018 e do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018

As informações e os valores correspondentes às informações financeiras intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 5 de novembro de 2018, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 26 de fevereiro de 2019, o qual não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2019

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-060.611/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária Rio-Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ), s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Concessionária relativas ao período findo em 30 de setembro de 2019.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Concessionária Rio Teresópolis S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Santos Dumont (BR 116/RJ), s/nº - km 133,5 - Praça de Pedágio Engenheiro Pierre Berman, no bairro de Bongaba, no município de Magé, no estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ 00.938.574/0001-05, para fins do disposto no inciso V do artigo 25 da instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no relatório da BKR Lopes, Machado Auditores, relativamente às informações trimestrais da Concessionária referente ao período findo em 30 de setembro de 2019.

Ricardo Fraiha Bustani
Diretor-Presidente

Carlos Eduardo Soares de Menezes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores